



E DEPOIS DE 2018?

É bem possível que, sustentada pelo consumo (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS — Inativo, Programa de Integração Social — PIS/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP e inflação baixa), a economia brasileira, embora rastejando, termine 2017 no azul. O impulso para 2018 é, no entanto, pequeno, como acontece com a expansão não baseada no investimento. Mas é bem-vindo, uma vez que contribui para a solução do problema maior: o ajuste fiscal. A arrecadação tributária aumenta, a queda dos juros provoca redução das despesas financeiras e o *deficit* e a dívida pública crescem menos.

É necessário ainda desatar o nó das despesas previdenciárias. Sem isso, dificilmente a confiança dos investidores retornará com investimentos de médio e longo prazos. E esses são os que garantem o crescimento sustentável do produto interno bruto (PIB).

Mas o Governo Temer tem apenas 3% de aprovação para gastar, e sua base de sustentação mostra-se cada vez menos disposta a votar em medidas impopulares, ainda mais com a proximidade das eleições.

Se vier, a reforma da Previdência Social será raquítica, e o problema do ajuste fiscal permanecerá nos atormentando. Medidas de redução de despesas, como a elevação da contribuição previdenciária dos servidores públicos e o atraso programa de seu reajuste salarial, se aprovadas, ajudarão, mas não serão suficientes. É bom não esquecer de que tais reduções comprometeriam ainda mais serviços essenciais, que já estão caindo aos pedaços, como a saúde, a educação e a segurança.

Para o ajuste fiscal, será inevitável aumentar a arrecadação tributária. Muitos acham que as ameaças populista e neofascista não permitirão que se enfrentem as urnas com propostas impopulares desse calibre.

Entretanto, qualquer resultado eleitoral em 2018 colocará o próximo governo diante do seguinte dilema: abandonar o aumento de receitas, soltar os gastos e relançar a economia no binômio recessão profunda/

inflação robusta, ou reforçar o ajuste fiscal com aumento de receitas tributárias.

Em nome desse aumento, faço algumas sugestões, apoiadas em duas diretrizes:

- Progressividade em tributos novos ou antigos (os ricos devem pagar proporcionalmente mais);
- Tributos lançados preferencialmente sobre o patrimônio de pessoas físicas.

São elas:

- Proibir, até 2050, aos três entes federativos qualquer Programa de Recuperação Fiscal (Refis);
- Criar um imposto sobre grandes fortunas;
- Alterar a natureza do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) dando-lhe também caráter fiscal, pois nos últimos 40 anos foram incorporados mais de 200 milhões de hectares à área agrícola do país, e a arrecadação desse imposto, na maioria dos casos, mal dá para cobrir o custo de sua arrecadação;
- Intensificar a progressividade de impostos como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD), etc., reforçando as finanças de estados e municípios;
- Embora não seja um tributo, incentivar os municípios a cobrarem a Outorga Onerosa por direitos de construir nos termos do Estatuto da Cidade. O município de São Paulo, por exemplo, arrecadou cerca de 18% do valor dos investimentos com receitas oriundas dessa fonte nos últimos 10 anos;
- Reintroduzir a *Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira* (CPMF);
- Criar a alíquota de 35% no Imposto de Renda (IR) e tributar dividendos.

Enquanto isso, é preciso rezar para uma boa safra em 2018 e para que a taxa de juros não se eleve nos Estados Unidos.

PARA O AJUSTE
FISCAL, SERÁ
INEVITÁVEL AUMENTAR
A ARRECADAÇÃO
TRIBUTÁRIA. SUGIRO
PROGRESSIVIDADE EM
IMPOSTOS LANÇADOS
SOBRE O PATRIMÔNIO
DAS PESSOAS FÍSICAS.